

ECOLOGIA DO CUIDADO: O “LIXO” E AS POSSIBILIDADES DO “JOGAR FORA” EM UMA COMUNA RURAL

Daniela Dalbosco Dell'Aglio¹
Paula Sandrine Machado²

RESUMO

A partir de pesquisa etnográfica em uma comuna anarquista na zona rural do Rio Grande do Sul, este artigo objetiva discutir o “lixo” enquanto um agente de cuidado. Levando em consideração que não existe “fora” do planeta, a comunidade cria estratégias de descarte, reaproveitamento, invenção e criatividade com aquilo que se costuma considerar lixo. Desde uma perspectiva ecológica, em diálogo com Bruno Latour e Isabelle Stengers, discute-se os conceitos de ecologia política e cosmopolítica, para compreender que o “lixo” atua em uma ecologia do cuidado, onde os humanos são apenas parte de uma rede de engajamentos possíveis. O “lixo” requer negociações específicas, sazonalidades, temporalidades, relações com microrganismos, deslocando o que é considerado “inutilizável” ou “morto”. Conclui-se que o “lixo” integra a política de cuidado dessa comunidade de modo interdependente e que se ressignifica à medida que está em constante relação com agentes humanos e não-humanos.

PALAVRAS-CHAVE: *ecologia, cuidado, interdependência, lixo, cosmopolítica.*

¹ Psicóloga. Doutorado em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestrado em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialização em "Instituições em Análise" pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). Atualmente é Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Saúde (UFCSPA). E-mail: danieladellaglio@gmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1824-9413>.

² Psicóloga. Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Associada do Departamento de Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da UFRGS. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI/UFRGS) e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS). Coordenadora adjunta do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX/UFRGS) e integrante do Centro de Referência em Direitos Humanos: Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Raça (CRDH/UFRGS). Suas pesquisas são voltadas para os seguintes temas: gênero, sexualidade, corpo, intersexualidades, transexualidades, processos de medicalização e estudos da ciência e da tecnologia. E-mail: machadops@gmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2375-9461>.

**ECOLOGY OF CARE:
WASTE AND THE POSSIBILITIES OF “THROWING AWAY” IN A RURAL
COMMUNE**

ABSTRACT

Based on an ethnography in an anarchist commune in the rural area of Rio Grande do Sul, this article aims to discuss “waste” as an agent of care. Considering that there is no “outside” of the planet, the community creates strategies for disposal, reuse, invention, and creativity with what is usually considered “waste”. From an ecological perspective, in dialogue with Bruno Latour and Isabelle Stengers, the concepts of political ecology and cosmopolitics are discussed, to understand that waste acts in an ecology of care, where humans only belong and bear the consequences. Waste requires specific negotiations, seasonalities, temporalities, and relationships with microorganisms, causing what is considered “unusable” or “dead”. It is concluded that waste integrates the care policy of this community in an interdependent way and gives new meaning as it is in constant relationship with human and non-human agents.

KEYWORDS: *ecology, care, interdependence, waste, cosmopolitics.*

1. INTRODUÇÃO

“Eu estava na cozinha coletiva preparando um suco de limão, enquanto as crianças estavam na casinha que foi feita para a porca ao lado da casa rosa. A casa da porca é feita com pedaços de madeira, a madeira compõe o chão, três paredes e teto, contendo, portanto, uma abertura na frente. A casinha deve ter, aproximadamente, três metros quadrados. Os pedaços são tortos e irregulares, muito provavelmente sendo madeiras aproveitadas de alguma outra construção, o que também deixa em evidência alguns pregos soltos. Havia dois edredons ocupando o espaço do “chão” para proteger dos pregos e das felpas. Havia, nessa mesma casa, uma caixinha de som “incompleta”, só com a parte da frente e com alguns botões. Quando me aproximei para oferecer suco de limão às crianças, elas brincavam que aquele pedaço era o rádio de ouvir música. Logo que cheguei, perguntaram: ‘que música *tu quer?*’. Uma das crianças apertou em algum botão do radinho e disse: ‘música do Aladdin’.” (Trecho do diário de campo, 2019)³.

Essa cena se passou na experiência etnográfica⁴ de uma “pesquisadora-mãe” (DELL’AGLIO, 2023) entre setembro e outubro de 2019, na Comuna Pachamama, uma comuna rural, nascida no ano de 2010. Essa Comuna está localizada no Assentamento Madre Terra, no distrito de Catuçaba, no interior do município de São Gabriel, conquistado através da luta do Movimento Sem Terra (MST) e de outros movimentos sociais. Catuçaba é uma região considerada erma do estado do Rio Grande do Sul, uma vez que, para o acesso, é necessário percorrer duas horas e meia de uma estrada de chão com pedregulhos da cidade mais próxima, Santa Maria, que fica aproximadamente a quatro horas de distância da capital, Porto Alegre, onde habitamos. Essa comunidade se identifica como anarquista e costuma ter uma organização coletiva de divisões de tarefas. Por tarefas, entendemos as práticas que fazem a comunidade ser possível, desde o plantar,

³As cenas do diário de campo correspondem aos relatos da primeira autora. A segunda autora trata-se da orientadora da tese da qual parte este artigo e coautora do presente trabalho.

⁴O projeto da pesquisa foi avaliado e aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - CEP-Psico UFRGS (CAAE 18074919.1.0000.5334). Os nomes apresentados neste artigo são reais e/ou fictícios. Independentemente disso, é importante salientar que, por ser uma comunidade pequena, as personagens são facilmente identificáveis, além de haver um registro estatal de todos os moradores. As negociações em relação à menção aos nomes foram feitas em uma conversa sobre a pesquisa, em formato de roda, à volta de uma fogueira, no primeiro dia do campo. Nessa conversa, inclusive, o grupo trouxe que, em seu entendimento, é interessante que pessoas externas à comunidade tomem conhecimento sobre ela para expandir suas ideias e práticas.

colher, cozinhar, se reunir, cuidar dos animais, regar a horta, tirar o leite da vaca, construir, reparar, vender seus produtos, buscar mantimentos na cidade, até o cuidar das crianças.

Para uma caracterização mais completa dessa comunidade, é importante ressaltar que, no momento do campo, era composta por sete adultos, com idades ao redor de vinte e cinco a trinta e cinco anos, e três crianças, com idades entre cinco e sete anos. Esse número de moradores não era fixo, uma vez que inclui crianças com guarda compartilhada e adultos que passam eventualmente um tempo no meio urbano. Todas as pessoas moradoras da Comuna, naquele momento, eram brancas. O histórico de vida e escolar dos moradores é diverso: alguns já cursaram faculdade, outros não; alguns são oriundos do meio urbano, enquanto outros têm familiares do MST, tendo crescido no meio rural. A Comuna é composta, estruturalmente, por cinco casas de madeira, uma cozinha coletiva, uma horta coletiva e a Casa do Mel⁵. Seus principais meios de subsistência são o mel e o arroz.

Entende-se que o cuidado com as crianças é um articulador dos fazeres cotidianos, uma vez que, nessa comunidade, se constitui uma responsabilização coletiva que permite e sustenta que as outras tarefas também sejam executadas. Ao construírem uma lógica de corresponsabilização, cada dia uma pessoa é quem está junto das crianças — momento conhecido como “ciranda”. “Ciranda” é como chamam a prática na qual as crianças permanecem nos turnos da manhã e da tarde, sob a responsabilidade de um adulto, que varia de acordo com um plano de revezamento acordado no grupo. À noite, em geral, as crianças dormem nas casas de seus genitores. Eventualmente, quando algum adulto precisa ir à cidade, elas pousam em outra casa, conforme combinação anterior.

A “Ciranda” é uma prática comum nos assentamentos do MST, vinda de um de seus pilares, a educação. Para o movimento, educação não é sinônimo de escolas formais, uma vez que se entende ser possível construir processos educativos independentemente de um espaço físico específico, na medida em que esses processos são pautados na vida, na luta e nos conflitos sociais (DALMAZ; SCARMOCIN, 2012). A Comuna Pachamama se caracteriza por ser um movimento dissidente do MST, devido a sua posição anarquista. Por isso, algumas práticas que compõem a comunidade se aproximam daquelas que

⁵ A Casa do Mel foi possibilitada em função do auxílio obtido através de um edital, contém toda a aparelhagem para a produção de mel, sendo a única casa de tijolos da Comuna.

podem ser consideradas “clássicas” do movimento de luta do campo, como a própria “Ciranda”, ao mesmo tempo em que existem tentativas constantes de reformulações.

Quando, no decorrer da pesquisa, o funcionamento da “Ciranda” na Comuna Pachamama foi mapeado e mais bem compreendido, pôde-se perceber que ela não remetia exclusivamente ao cuidado com as crianças. Ela envolvia e estava articulada a uma gama de atores — sejam eles humanos ou não — e práticas que fazem o cuidado ser possível naquela comunidade. Ou seja, o compartilhamento de cuidados se desdobra em uma série de outros fazeres cotidianos. A “Ciranda” é uma atividade que exige um planejamento e uma pré-combinação como qualquer outra, seja plantar, tirar o leite de vaca, organizar os dias que se vai à cidade, arrumar eventualmente alguma peça estragada, construir, molhar a horta, entre outras. A forma como a divisão de tarefas é organizada na Comuna produz alguns arranjos específicos, por exemplo, fazendo com que a pessoa responsável em determinado dia pela Ciranda seja a mesma que irá tirar o leite da vaca no início da manhã e no final da tarde.

Voltemos à cena com a qual iniciamos o artigo: nela, aparece a casinha para a porca. A porca é um animal que, ao cavar e revirar o solo, contribui para mantê-lo ativo, entre outros elementos, além de adubá-lo através de suas fezes. Nesse solo, haverá uma horta, que, para acontecer, é necessário, além da adubação, “terra do mato”, a qual deve ser buscada com trator em outra parte do assentamento — a terra próxima da agrovila (das casas) é considerada salobra e difícil para plantio, portanto, é necessário buscar terra preta de outro lugar e levá-la para perto das casas. Ainda, é necessário regar a horta regularmente. Para haver água na Comuna, foi feita uma construção coletiva de uma bomba que “puxa” água da barragem do vizinho até as caixas d’água construídas pela comunidade. Para ligar e desligar a água da bomba deve-se, diariamente, descer até um poste de luz, perto da barragem, onde está o interruptor. Esse é um caminho de uns 15 minutos, no qual se desce uma lomba, passa-se por uma cerca elétrica, depois uma ponte, até chegar ao poste de luz e acionar o interruptor, o que é feito pelo menos duas vezes por dia (uma para ligar e outra para desligar). Caso se esqueça de desligar a bomba, há risco de vazamento da caixa d’água. Os limões, os quais foram utilizados para fazer o suco, são de limoeiros plantados há alguns anos, os quais precisaram de acompanhamento constante para o seu crescimento. Para o suco, também é necessário água — aqui “outra” água, uma vez que a água da barragem não serve para consumo humano.

No que se refere à água para o consumo, o principal meio para obtê-la é através do poço artesiano, que existe na sede do assentamento. Os moradores do assentamento, então, devem ir até lá, preferencialmente de carro ou com algum outro transporte, para encher grandes galões azuis ou brancos, de, aproximadamente, vinte litros. Para o suco, também é utilizado mel — que é um dos principais meios de subsistência da Comuna Pachamama, além do arroz, produtos vendidos pelos moradores em feiras nas cidades próximas. Portanto, podemos compreender que, para o cuidado ser possível, esses agentes, sejam humanos ou não, estão sempre em relação e possibilitam acontecimentos. Na cena em questão, o acontecimento envolve, ainda, um outro agente não-humano: uma parte de um rádio, um radinho quebrado, um “lixo”⁶ eletrônico, que se ressignifica e se transforma em um agente da brincadeira coletiva das crianças que contribui para sua união e distração, considerando que, naquele momento, não havia nenhum adulto organizando ou propondo alguma atividade específica para elas. Identifica-se que, ali, além dos actantes (LATOUR, 2004) já citados — madeira, água, limão, mel, edredom, porco, solo, o “lixo” também estava atuando como um agente do cuidado.

Do ponto de vista epistemológico, este artigo parte, assim, do pressuposto de que as “coisas” têm agência bem como produzem interações e relações com o mundo, assim como o constroem. Ou seja, as “coisas” são actantes e, também, são agentes políticos de transformação. Tal perspectiva está em diálogo com autores como Bruno Latour, Isabelle Stengers, Donna Haraway e Maria Puig de la Bellacasa, que têm proposto levar a sério a agência dos não-humanos e a incorporar a descentralização do humano nas análises científicas e sociais. Desse modo, as “coisas” não são apenas o “pano de fundo” ou o ambiente onde se desenrola a ação humana, mas fazem parte de uma ecologia que se constitui através de uma rede interdependente, em que os diversos seres estão sempre implicados.

Partindo, portanto, da compreensão de que, na Comuna Pachamama, opera uma “ecologia do cuidado”, que envolve diversos actantes (LATOUR, 2004) interdependentes, este artigo tem como objetivo refletir sobre o lugar do “lixo” enquanto um agente do cuidado nessa comunidade. Considerando que não existe um “fora” do

⁶ A palavra “lixo” será escrita entre aspas, quando ela não for sinônimo de algo que, necessariamente, se descarta.

mundo, como aponta Krenak em conferência (in CAMARGO, 2021)⁷ é também objetivo deste artigo refletir sobre como o lixo opera em territórios nos quais não existe política pública de coleta — diferentemente da realidade urbana. Em territórios em que há políticas de coleta, se delega a responsabilidade do lixo para um sistema que, em geral, encaminha o resíduo para aterros (além de outras estratégias, como reciclagem, reaproveitamento, recuperação e logística reversa). Nesse sentido, como aponta Krenak (in CAMARGO, 2021), o lixo segue em nossa casa, na medida em que se mantém no planeta, porém, devido a lógica de delegação de responsabilidade — irresponsabilidade privilegiada (TRONTO, 1993), o sentido dado a ele e a forma como é descartado se ressignifica. Na Comuna Pachamama, território para onde se volta nossa análise, destaca-se a criação de estratégias de descarte, de reaproveitamento, de invenção e de criatividade com aquilo que se costuma considerar “lixo”. São essas praticidades (PUIG DE LA BELLACASA, 2017) com aquilo que é tido como descartável e seus desdobramentos na materialização do cuidado que nos interessam.

Importante situar que este artigo faz um recorte etnográfico de uma pesquisa mais ampla (DELL’AGLIO, 2021), tendo como foco a agência do lixo. Para registro, foi feito o uso do diário de campo através do relato de cenas (FLEISCHER, 2018). A etnografia é aqui compreendida desde uma perspectiva feminista que assume a pesquisa como um processo reflexivo e situado (HARAWAY, 1995), em que os dados não são “coletados”, mas experienciados de modos localizados. Consideramos ainda a agência dos não-humanos, articulando à abordagem feminista uma perspectiva ecológica do campo (LATOUR, 2004/2005). A etnografia, portanto, não se limita a uma ferramenta metodológica, mas opera analítica e eticamente, de modo que a experiência etnográfica se torna inseparável do processo reflexivo e de escrita.

2. AGENCIAMENTOS DO “LIXO”

Macuco, que mora na casa rosa da Comuna Pachamama junto com Lizi (companheira) e Maya (filha), tem grandes habilidades para mexer com eletrônicos. Ele tira peças de um objeto e coloca em outro. Macuco, em um momento, estava consertando

⁷“O que é lixo?? Não existe lixo. Vocês falam sobre jogar o lixo lá fora. O que é lá fora?? Não existe lá fora. É tudo aqui dentro. Vocês estão jogando lixo na sua casa.” (KRENAK in CAMARGO, 2021).

a parte da frente do trator com peças que havia retirado de outro lugar, com o objetivo de fazer o farol voltar a funcionar. Ele contou que já havia conseguido consertar controle de videogame, computador e se divertia abrindo eletrônicos e testando as partes internas. Ao redor da casa rosa é possível encontrar “coisas” que não, necessariamente, são descartes, mas que estão lá, pela volta, e que podem ser utilizadas de diversas formas, como a parte da frente da caixa de som que as crianças estavam brincando.

“Em um momento em que estávamos saindo de carro, para ir à sede do assentamento assistir ao jogo de futebol do domingo, Macuco ‘atropela’ um brinquedo que estava no chão e reclama que as crianças esquecem, eventualmente, objetos ao redor da casa e que é necessário cuidar para que isso não aconteça, uma vez que não seria a primeira vez que o carro passa por cima de algo e quebra. Quando essa cena acontece, olho ao redor e vejo que o pátio é tomado de ‘coisas’, algumas quebradas, brinquedos, potes, baldes, pedaços de metais, vasos, ferramentas: ‘um caminho de coisas perigosas’, como falou Jorge — também morador da Comuna — em outra ocasião” (Trecho do diário de campo, 2019). O que parece é que, efetivamente, ele estava “acusando” as crianças de uma prática que excede a relação diretamente com os brinquedos. O espaço da Comuna é grande, as crianças brincam em diversos locais, assim como os adultos mexem com diferentes objetos e ferramentas diariamente. As “coisas espalhadas”, “coisas quebradas” ou “objetos perigosos” se misturam com as plantas, com a grama, com as flores roxas de campo brotando ao solo em tempo de primavera. Além disso, quando se brinca, tanto algo considerado quebrado quanto uma pedra retirada do solo são como novos objetos e materiais inventivos nas brincadeiras entre as crianças.

Essa cena nos leva a refletir sobre o que é considerado “lixo”. Num espaço como a Comuna Pachamama não existe a possibilidade de apenas colocar o lixo para fora. Não há um serviço de coleta periódico como nos grandes centros urbanos. Então, cabe às pessoas definirem em grande medida o que se faz com aquilo que, supostamente, se descartaria. Em muitas situações, criam-se outros significados para as coisas, uma vez que elas podem ser reutilizadas, reaproveitadas de diferentes maneiras. Um pedaço de caixa de som quebrado do qual as outras peças, provavelmente, já foram reutilizadas, vira brinquedo para as crianças. Latas de alumínio, de molho ou de milho, viram copos, bem como placas e fios de metais viram esculturas expostas. Em última análise, os objetos ficam “à disposição” para algum acontecimento.

O que leva a outra cena da experiência etnográfica para esta pesquisa: durante a estada na Comuna, a primeira autora e sua filha, Mel, estiveram em duas casas. Em uma delas, vivia uma adulta, Daia, com seus dois filhos, Amaru e Marti. A combinação em relação ao modo de evacuar era através do banheiro seco (um grande tonel/balde no qual, após a evacuação, se coloca cascas de arroz em cima, e que, quando cheio, tem seu conteúdo depositado em um buraco e utilizado como adubo) que se localizava na parte interna da casa. Já no outro espaço em que se hospedaram, onde vivia um adulto, Jorge e seu filho, Samuca, não havia uma organização interna de “banheiro”, sendo necessário ir para a rua — pegar frio ou chuva. Levando em consideração que Mel, de então 3 anos, estava em campo em pleno período de desfralde, foi necessário improvisar uma forma de urinar ou de evacuar à noite. Segue um trecho do diário de campo: “Achei um balde e utilizei esse objeto. Porém, havia outra questão: onde iria colocar as cascas de arroz para depositar em cima das fezes. Em meio aos ‘objetos perdidos’ e acumulados encontrei uma caixa de descarga — cuja função supostamente ‘original’ é para descarga com água encanada — o que não existe na Comuna Pachamama. Portanto, o objeto estava lá, sem aparente utilização. Peguei esse objeto, cortei ao meio, preguei na parede e o enchi de cascas de arroz. Transformei uma descarga em uma descarga... sem água!” (Trecho do diário de campo, 2019).

Podemos entender que há diversas maneiras de se (re)utilizar o que seria considerado “lixo”. Para além dos objetos que se mantêm em algum lugar, por motivos diversos, existem aqueles que são, de fato, descartados — especialmente embalagens de produtos que são comprados na cidade, o que envolve, majoritariamente, papéis, plásticos e alumínio. Com exceção das sacolas plásticas, em que, ocasionalmente, existe uma prática de socá-las para dentro de garrafas PETs para formar “tijolos” ecológicos, os demais lixos “secos” são descartados através da queima.

A queima do lixo pode gerar uma controvérsia, uma vez que é inegável que a fumaça gerada libera uma toxicidade. Inclusive, existe uma lei que proíbe essa prática na zona rural. Porém, aqui, não cabe olhar para isso enquanto uma “denúncia” ecológica, mas sim, compreender como o lixo atua nesse contexto. É evidente que eles buscam reutilizar e aproveitar cada material, seja pelo difícil acesso, mas também pelo difícil descarte. Mesmo que se compreenda que queimar o lixo não seria a “melhor” alternativa, na Comuna entende-se que um bom momento para fazer isso é depois chuva, uma vez

que, ao colocar fogo, queima-se apenas o meio da fogueira, enquanto ao redor segue úmido, não correndo o risco de queimar o seu entorno ou do fogo se espalhar.

O lixo, em sua separação urbana, costuma ser caracterizado como “seco” ou “orgânico”, possivelmente aproximando-se de uma divisão entre lixo “natural” e “artificial”. No entanto, ao observar as práticas na Comuna, é possível suspender esse binarismo entre “natural” e “artificial”, na medida em que são oferecidas outras categorizações para essa coleta seletiva e para classificar aquilo que é comumente considerado um “lixo seco”. Na Comuna, esse lixo pode ser pensado como a própria natureza que habita aquele espaço em outras versões. Assim, peças, materiais, garrafas, por vezes fazem parte do contexto da mesma forma que uma planta, sendo que tais materiais podem ser utilizados para montar outra peça, fazer um brinquedo, fazer uma obra de arte.

Já o lixo do banheiro — papel higiênico, fraldas e absorventes — não se enquadraria em uma divisão de “seco” e “orgânico”. Em geral, está associado ao lixo “úmido”, o que na vida urbana tende a ser associado ao orgânico. Já na Comuna, esse lixo “úmido” costuma ser enterrado. O papel higiênico é enterrado junto com o material (fezes) depositado no banheiro seco. Para fraldas e absorventes, é dada a orientação de que devem ser separados em um saquinho plástico para que depois sejam enterrados em qualquer buraco feito. Felipe, um dos moradores da Comuna, que plantou diversas árvores frutíferas, inclusive o limoeiro que contribuiu para o suco de limão narrado na primeira cena deste artigo, relatou que o fato das fraldas descartáveis absorverem água tornava interessante que fossem enterradas, neste caso, separadas do saco plástico, próximas de onde se plantariam árvores, pois deixava aquela terra mais úmida. A fralda, em contato com a água, incha, justamente pelo gel em seu interior (o chamado “polímero superabsorvente”) que acumula a umidade e ajuda a retenção do líquido, solução encontrada para lidar com a terra salobra, característica da agrovila da Comuna.

Novamente, como na queima do lixo, a utilização da fralda descartável não será problematizada a partir de uma discussão sobre um fazer “mais” ou “menos” ecológico. A questão que nos interessa é como se ressignifica e se agencia o que pode ser considerado “lixo” dentro do campo ecológico comunitário da Comuna, o que envolve, também, o cuidado com as plantas. Esse cuidado com as plantas remete a como fazê-las crescer e dar frutos para, também, o consumo humano. Ou seja, trata-se menos de um julgamento

moral sobre poluentes presentes em uma fralda descartável, e mais de uma análise sobre de que modo esse objeto, “descartável”, compõe a ecologia para que aquela comunidade se mantenha.

3. ECOLOGIA POLÍTICA E COSMOPOLÍTICA: O “LIXO” COMO UMA QUESTÃO DE INTERESSE

A gestão do lixo também é uma questão política que envolve agentes humanos e não humanos, assim como as práticas de coleta de resíduos e conhecimento técnico e científico sobre formas de descarte e reciclagem. Não há dúvidas de que, quando se fala em “lixo” na Comuna Pachamama, deve-se pensar na gestão da política de coleta na zona rural. Em dados publicados no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, a coleta de lixo em áreas rurais no Brasil cobre apenas 31,6% dos domicílios (IBGE, 2010). No Censo de 2022, não é possível localizar a especificidade do lixo no meio rural, apenas o dado de que sua coleta direta ou indireta atendia 90,9% da população, havendo uma invisibilização dessa especificidade. Ainda, considerando os dados anteriores registrados, segundo o Censo 2010, cerca de 58,1% da população do campo utilizava a queima para solucionar resíduos, mesmo sendo proibido por lei. Isso não equivale a afirmar que depositar em aterros é a “melhor saída” para o destino do lixo, na medida em que isso pode ocasionar intoxicação do solo através de substâncias tóxicas e microrganismos, o que pode atingir lençóis freáticos. Significa dizer que, quando não há, conjuntamente, políticas que se responsabilizam por tal prática, o lixo se “individualiza” e as pessoas ou a comunidade assumem a responsabilidade sob ele.

Essa discussão aponta temas importantes para o fazer científico, para as reflexões sobre as práticas de cuidado e para o campo político: o “lixo”, enquanto um agente de cuidado da Comuna Pachamama, não se resume à comunidade, apenas. O lixo tem relações com o campo macropolítico. O que a política institucional alcança e o que ela não alcança? A partir disso, quais são as práticas possíveis dentro dessa comunidade? Quais as contribuições do campo científico para se pensar, conjuntamente, o que se fazer com os resíduos? Na lógica urbana, “delegamos” o agir e o pensar sobre o lixo para as políticas públicas, para os catadores e/ou para os pesquisadores dessa área que inovam em tecnologias e estratégias. Porém, no contexto da Comuna, se constitui uma política “própria” em conexão, ou seja, se constituem agenciamentos que operam lógicas

cosmopolíticas a partir das possibilidades práticas das relações dos seres que se relacionam por lá.

Por isso, percebemos que, na Comuna, existe uma responsabilização coletiva pelo lixo. Nessa corresponsabilização, não operam somente valores morais ou verdades científicas. Operam práticas. Práticas possíveis. Nesse sentido, não se trata de repetir *slogans* absolutos sobre o lixo, mas de compreender que, assim como o lixo “vem” (através de embalagens compradas em mercados na cidade para fins de subsistência alimentícia, de remédios, de eletrônicos e de itens de higiene,), ele deveria ter para onde “ir”. E isso se dá devido à forma como lidamos com o lixo, acoplada a uma lógica capitalista de consumo que, ao mesmo tempo que produz, não se responsabiliza por um descarte consciente, tampouco com alternativas de produção de menos lixo. Levando em consideração que a Comuna se localiza em um lugar ermo, que, para as políticas públicas, é como se não existisse, evidencia-se que na dinâmica do lixo da comunidade operam algumas praticidades e modos de compreensão da vida que partem do fazer cotidiano da Comuna, ou seja, alternativas encontradas dentro das possíveis realidades. O lixo, por sua vez, se movimenta praticidades que são e fazem políticas.

Desse modo, em termos de análise, vale pensar na questão do lixo enquanto uma “questão de interesse” (LATOUR, 2005), um problema (*issue*) que deve ser debatido e tomado como uma “questão de cuidado” (PUIG DE LA BELLACASA, 2017). A noção de Latour (2005) de “*Matters of concern*” [questões de interesse] aparece em oposição à ideia de “*Matters of fact*” [questões de fato], em sua proposição da teoria ator-rede. Ele objetiva, com esses dois conceitos, mostrar como na ciência “social” as verdades sobre a natureza foram, quase que automaticamente, tomadas desde a possibilidade de sua desconstrução. Para Latour (2005), “tudo” teria se tornado uma construção social — fazendo referência ao construcionismo social absoluto. Se “tudo” é uma construção, nada, de fato, “existe”, e se cria, conseqüentemente, uma guerra científica. O autor critica a ideia de um construcionismo social “puro”. Considera essa ideia um *insight* precipitado da ciência e da tecnologia que deixou de lado qualquer objetividade ou leis da natureza. Inclusive, Latour (2005) aponta que o negacionismo científico pode beber de um construcionismo social absoluto, ponderando fatos que, apesar das possíveis controvérsias envolvidas, são inegáveis, como o formato da Terra ou a lei da gravidade — e, aqui, podemos incluir o aquecimento global.

Então, se por um momento se pensou que as ciências “mais exatas” e as sociais ocupavam universos incompatíveis, torna-se necessário nos repensarmos como ciência. A polarização de uma verdade científica para a construção social pode ter tido um impacto controverso nos estudos contemporâneos. Já a polarização de “questões de fato” e “questões de interesse” dá a entender que as verdades dialogam com interesses contemporâneos, com necessidades, com controvérsias. Por isso, a maneira de compreender os fenômenos contemporâneos seria enxergá-los como agregados novamente: em “rede”, acoplados, conectados, tentaculares e implicando agentes humanos e não-humanos. Isso justifica inclusive o porquê dos resíduos, ou do lixo, serem também um objeto de estudo da Psicologia, para além de um olhar exclusivamente “humano”. As “questões de interesse”, como apontam Carlos Baum, Cleci Maraschin e Erika Neres Markuart (2019), se movem, transbordando suas fronteiras, incluindo gradualmente novos elementos, sendo que, para elas existirem, devem ser desejadas, criadas e formuladas. Elas devem ser, ainda, experienciadas e vividas. As “questões de interesse” são circunstanciais, se relacionam com diversos elementos. Não se trata meramente de uma verdade científica, mas de um interesse social em um determinado tempo e lugar.

Compreender o lixo enquanto uma “questão de interesse” possibilita ir além de rotulá-lo em verdades absolutas. Não podemos negar o aquecimento global, a poluição no lençol freático, a toxicidade dos microplásticos nos oceanos, mas, ao invés de reproduzir *slogans*, propor perguntas: como estamos pensando a política e as práticas cotidianas em torno dessa questão? Ainda, é importante ressaltar que política aqui não é tomada como a política institucional apenas, mas enquanto a ecologia política: o lixo compõe o campo ecológico da comuna Pachamama porque é um agente que **faz política**, assim como os humanos. Ecologia política, para Latour (2004), é a forma de compreender e agir politicamente de maneira a unir os fenômenos ditos “naturais” e a regulação da vida social. Ou seja, para o autor, não é possível compreender a natureza e a sociedade de maneira separada, sugerindo que uma política da natureza consistiria em envolver mais do que representações humanas para reintegrar um mundo com reciprocidade ética.

Ou seja, o lixo deve ser pensado enquanto algo introjetado na política, que age, e não ao contrário. O lixo, a partir dessa perspectiva, não seria uma consequência, lógica que reproduziria uma visão liberal ligada ao consumo. Compreendê-lo enquanto uma

“questão de interesse” seria justamente levar em conta que os produtos que consumimos, como bebidas, grãos, molhos, alimentos perecíveis, por exemplo, já vêm embalados em plásticos, não havendo uma política pública que se responsabilize, que recolha propriamente, que recicle. Ainda, significa dizer que a ciência deve sim, responsabilizar-se por criar estratégias que minimizem os danos ecológicos da produção de lixo — é, portanto, uma questão de interesse científico produzir essas verdades. Mais do que apontar enquanto uma questão de “fato” — como na assertiva “queimar lixo é poluente para o ar e para o solo” — questiona-se o que está se fazendo/construindo/produzindo para criar outras estratégias de lidar com o lixo na zona rural? Quais estratégias estão se criando para as empresas que produzem alimentos com embalagens tóxicas se responsabilizarem por isso? — esse é o ponto! A perspectiva que se busca trazer aqui não é acusatória para comunidades que, eventualmente, queimam o lixo e enterram fraldas descartáveis, mas refletir sobre como o lixo compõe, inevitavelmente, a interdependência da ecologia política de uma comunidade que faz o cuidado ser possível no cotidiano.

Isabelle Stengers (2015), em *No tempo das catástrofes*, traz a problemática da produção de verdade científica a serviço de todos, através do exemplo das sementes modificadas que, supostamente, acabariam com a fome do mundo. A autora relata o caso dos organismos geneticamente modificados (OGM) defendidos em nome do suposto “progresso proveniente do irresistível avanço das ciências e das técnicas” (p.27). Stengers (2015) compreende que são fabricadas confusões entre ciência e política e que o modo de resistir a essa ameaça seria nomear Gaia: compreender que estamos vivendo um tempo em que existem catástrofes anunciadas, justamente, por essa supervalorização de um progresso que, em conjunto com a ciência, corrobora práticas destrutivas para o planeta.

As práticas políticas institucionais, que aqui podemos entender enquanto governança, conforme sugere Stengers (2015), reverberam na destruição de uma responsabilidade coletiva quanto ao futuro, uma vez que a “gestão”, ou seja, práticas institucionais parecem querer evitar a participação da população naquilo que lhes interessa. Diante da intrusão de Gaia, Stengers (2015, p.53) indica que “Não se deve confiar no Estado”, o que cria uma provocação: ao mesmo tempo que o Estado é necessário para que haja políticas de coleta do lixo, não se pode dele esperar soluções. A partir da lógica capitalista e econômica, a prática política acontece para interesse de alguns. Ou seja, o Estado atua mesmo no serviço da sua ausência — é interesse de quem

se responsabilizar, enquanto gestão, pelo lixo na zona rural? Como proposição, a autora sugere “uma reapropriação coletiva da capacidade e da arte de ter cuidado,” (p.56). A “arte de ter cuidado” pode ser definida como uma dosagem, no sentido de uma forma do uso. Ao invés de focar em polarização de “certo” e “errado” quanto às práticas de cuidado no que se refere à gestão do lixo, a arte de ter cuidado remete ao que pode ser feito — o que é possível e como se cria e se reinventa a partir das coletividades.

Ou seja, a política gira em torno de controvérsias, que perpassam questões de ciência e de tecnologia, ao mesmo tempo em que exemplifica que a interdependência e a ecologia vão além do território. Para a sobrevivência e para pensar o cuidado, precisa-se, portanto, mais do que uma prática “autossustentável”. Desse modo, a questão do lixo torna-se uma questão cosmopolítica: fala da política, mas a ultrapassa. Trata-se de cosmopolítica, termo cunhado por Stengers (2018), por tratar das relações (sempre parciais) entre as práticas. As práticas, à medida que divergem, devem ser celebradas como um “evento cósmico”, em que os humanos são pertencentes, mas não feitas pelos humanos. Ou seja, Stengers questiona a ideia de uma suposta individualidade a partir da qual os humanos “fazem” algo, e compreende que as práticas acontecem, justamente, pelas relações interdependentes entre humanos e não humanos, não havendo, portanto, um papel do humano central na agência. O termo cosmopolítica de Stengers (2018) remeteria a uma ecologia política que foi adicionada em relação a todos os entes envolvidos, ou seja, uma ecologia política complexificada, pensada, discutida.

Desse modo, a cosmopolítica é uma tentativa de as ecologias das práticas não serem englobadas pelo capitalismo. Quais políticas escapam da lógica capitalista? Como as práticas reconhecem e produzem outras possibilidades? É um resgate do campo político da ecologia, articulando mundos divergentes através da prática. Mais do que dizer “como fazer”, é a prática produzindo mundos, executando possibilidades — mas não soluções. “Não está dado”. Trata-se, antes, de um processo de mobilizar estratégias de pensar e agir conjuntamente e coletivamente, na contramão dos modos de “pensar” e agir pelo sujeito operados pelo capitalismo. As pessoas, em geral, não costumam se “preocupar” com o lixo — pois, no campo macropolítico, parece haver uma solução. A cosmopolítica seriam os modos de operar estratégias, práticas, possibilidades, experimentações, tentativas. O capitalismo quer destruir aquilo que é comunidade, coletivo, comum, a fim de propor

soluções hierárquicas. A cosmopolítica cria outros caminhos, articulando mundos divergentes, sem propor certezas ou soluções, mas ruelas, alternativas, tentativas.

Donna Haraway (2016, p.12) entende que Stengers parte de um espírito do anarquismo feminista comunitário para afirmar que as decisões devem ocorrer na presença daqueles que arcarão com suas consequências. Para Haraway (2016), isso é o que Stengers entende por cosmopolítica: aquilo que é feito de modo a compreender a prática, a qual envolve agentes humanos e não humanos. Haraway (2016) ainda aponta que o senso de cosmopolítica de Stengers lhe dá coragem. A autora considera que as decisões e as transformações são urgentes em nossos tempos para que seja possível aprender a como se tornar menos “mortal”, ou, ainda, mais “*response-able*” [capazes de agir], mais capazes de se surpreender, entre outras habilidades que ela considera necessárias para que nos tornemos mais sensitivos e inventivos, permitindo que o lugar que vivemos se torne harmonioso.

4. O “LIXO” ENQUANTO UMA QUESTÃO DE CUIDADO: A PRÁTICA DO *COMPOSTING*

E por que enxergar o “lixo” como uma questão de cuidado? Se partirmos da noção de que o cuidado é uma prática onipresente que deve ser compreendida enquanto mais que “mundos humanos” (PUIG DE LA BELLACASA, 2017), é necessário pensar nas suas relacionalidades. O “lixo”, inevitavelmente, faz parte dessa rede que performa o modo como cuidamos do mundo, como cuidamos uns dos outros e como esses agentes também cuidam de outros organismos e actantes de modo relacional. O cuidado é, também, uma esfera política que leva em consideração o mundo que gostaríamos de viver. Nesse sentido, não teria como pensar em política sem pensar em cuidado, tampouco pensar em cuidado sem pensar em política. Joan Tronto (2015), contribui com essa reflexão ao trazer a ideia de “democracia do cuidado” — uma forma de democratizar as tarefas de cuidado para que ninguém se sinta sobrecarregado ao longo da vida. Acreditamos que acompanhar Stengers (2005, 2018) em sua ideia de cosmopolítica, contribui para somar os agentes não humanos em uma inventiva possibilidade harmônica de conviver com o cuidado em nossos tempos.

Compreendemos que pensar com o “lixo” enquanto agente do cuidado trata-se de algo ecológico, social e, ainda, permite expandir reflexões sobre o lixo. Isso porque as

práticas que o envolve dependem de algumas negociações. Trouxemos a situação da queima do lixo e as análises, dentro da Comuna, sobre qual melhor momento para isso, para reduzir os possíveis danos. Ainda, o lixo pode ser utilizado para contribuir para a queima da madeira em uma fogueira, uma vez que, ao colocar plástico, o fogo “pega” rapidamente. Tal prática é utilizada para acender o fogão a lenha, fazendo com que o lixo aqui opere enquanto um agente que proporciona o aquecimento de um espaço e a alimentação. Além disso, muitos utensílios são reutilizados (latas, vidros, garrafas), e estratégias são criadas para a reutilização mesmo daquilo que se consideraria “descartável”, como a fralda. Finalmente, pode-se explorar a criatividade com diferentes objetos, o que se reflete nas brincadeiras das crianças, mas também em passatempos e na expressão artística para adultos.

Para além das estratégias utilizadas do lixo “seco”, já citadas, ainda temos o lixo considerado “orgânico”. “Na casa em que eu estava hospedada, havia um balde em cima da pia em que eram depositados “lixos” cotidianos consumidos dentro de casa, como cascas de frutas e borra de café. Diariamente, criei o hábito de depositar esses “restos” na composteira que fica na parte de trás da casa.” (Trecho do diário de campo, 2019). Essa composteira é fundamental para a regeneração e a capacidade do solo de nutrir plantas. Ainda, para alimentação dos porcos, são fornecidos os “restos” de comida.

Aí também se refaz a lógica do que se entende por “lixo” ou por “sobra”, na medida em que o “lixo orgânico” opera como um agente que atua em conjunto com o cuidado da terra. A terra da agrovila da Comuna, como já citado, é considerada argilosa. Para plantar, além da terra preta retirada próxima da barragem, é necessária uma “recuperação”, para a qual se conta com o plantio de plantas forrageiras, o uso de chiqueiro móvel (que envolve madeira, pregos, martelos, serrotes — relatado no início do artigo), animais (como os porcos — que são alimentados pelos “restos”), além das sobras de comida depositadas nesse local (o “lixo” orgânico).

O “lixo” se agencia com o solo para torná-lo fértil. Portanto, o lixo opera em conjunto com o solo enquanto uma “questão de cuidado”, desde a decomposição e reciclagem da matéria orgânica, a regeneração e a capacidade de nutrir plantas, podendo o solo ser interpretado como um filtro que converte matérias mortas em novas fontes de vida (NORONHA, 2018). A matéria orgânica, portanto, refaz o seu significado, sendo

fundamental para atuar em conjunto com a terra, com o solo, com seus nutrientes, além de seus agentes microscópicos, como o oxigênio e seres invertebrados.

Essa prática, de colocar o “lixo” orgânico de volta à terra, pode ser entendida também como compostagem (*composting*), o que Puig de la Bellacasa (2017) considera um exemplo de fazer ético. A autora diferencia o que seria uma “questão de fato” para uma “questão de cuidado”, levando em consideração que, o que está em jogo na “questão de cuidado” são os diversos agentes que se prestam a uma sensibilidade, ao manutenção da vida, às condições de possibilidades de criar realidades possíveis, a temporalidade, a comunidade, fazendo com que a moralidade binária “certo” e “errado” não opere. “Cuidar” do lixo é também possibilitar que ele se torne comida novamente — cuidando do humano e de outros agentes, tais quais animais e microrganismos da terra.

A palavra “*compost*” envolve também a escrita e as reflexões de Donna Haraway (2016) em *Staying with the trouble*. Haraway, nessa obra, resgata conceitos dos ecofeminismos e refaz suas reflexões em relação à ideia de “pós-humano”, presente em “Manifesto Ciborgue” (HARAWAY, 2009). Quando ela afirma: “*I am a compostist, not a posthumanist: we are all compost, not post-human*” (HARAWAY, 2016, s.p)⁸, ela faz um jogo de palavras com o prefixo “*post*”. “*Compostist*” podemos entender como aquele/aquilo que faz composteira, que faz adubo. A sua questão principal não seria mais, especialmente, voltada às próteses tecnológicas, mas sim ao viver e morrer a partir dos detritos/compostos/adubos de multi espécies que ocupam o mundo. Haraway (2016) parece resgatar questões materiais que, supostamente, estariam mais próximas do que se entende socialmente por natureza, mas, justamente, problematizando essa “naturalização” do que vem da terra, do que é orgânico.

As reflexões presentes nas práticas de “fazer composteira” remetem a estratégias de cuidado. A ideia de “composto” dá a entender que as matérias sempre “voltam”, que as coisas alimentam a terra — e aqui não são apenas a matéria orgânica, mas, como relatado anteriormente, o considerado lixo “seco” também atua nesse processo de continuidade. Ainda, a palavra “*compost*” se assemelha a “*composite*” (complexo, múltiplo) e, ainda, a “*composed*” (algo feito — *made*). As matérias, as coisas, são

⁸“Sou uma compositora, não uma pós-humanista: somos compostos, não pós-humanos.” [Tradução livre das autoras]

compostas por múltiplas relacionalidades (PUIG DE LA BELLACASA, 2017) que dependem dessas relações para o cuidado acontecer.

Dessa forma, não importa se estamos falando do que é considerado lixo “seco” ou “orgânico”. Essa discussão nos leva, inclusive, a uma provocação acerca do que é considerado “inutilizável” ou “morto”. Colin Hoag, Filippo Bertoni e Nils Bubandt (2018) apontam para a heterogeneidade do lixo, devido aos seus significados, histórias e consequências, indo além da divisão categórica sobre o que é descartado ou indesejado. Os autores entendem o lixo enquanto uma categoria simbólica que atravessa as questões econômicas e ecológicas. Sugerem que os estudos sobre lixo não devem se restringir, necessariamente, ao impacto ou ao “significado” para humanos e não humanos, mas dimensionar também as vidas posteriores e os resíduos, exercício que é possível na medida que o suposto “lixo” segue sendo agente nas relações ecológicas.

A “constituição moderna” (LATOUR, 2005) de análise dos conceitos faz com que a palavra “lixo” seja interpretada como aquilo que se joga “fora”, que é inútil, que opera, conforme indica Maria Raquel Passos Lima (2021), a partir de princípios dualistas, dos pares “pureza-poluição”, “purificado-contaminado”, “limpeza-sujeira”, visando a eliminação dos elementos ambivalentes. Essa perspectiva dualista, ainda em diálogo com Latour (2005), impede a consideração de um potencial produtivo dos “híbridos”. Lima (2021), pesquisadora do aterro de Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro, em estudo sobre a prática dos catadores nesse local, sugere que possamos compreender a materialidade dos resíduos, o que permite construirmos a possibilidade de sermos afetados por suas propriedades. Desse modo, seria possível reconhecer qualidades nessas materialidades, e não só um valor na sua ausência. Ou seja, longe de serem apenas sujeira ou restos desprezíveis, descartáveis, para Lima (2021, p.42), os objetos tidos como lixo, podem mostrar-se “como recursos, bens, riquezas em potencial, materiais que, ao passarem por suas mãos [referindo-se aos catadores] em uma extensa rede de mediadores, têm seus *status* alterados”. Naquele contexto, esses materiais podem se tornar mercadorias e serem transformados, inclusive, em renda. A autora sugere, portanto, que se reconstrua o estigma dos restos, de modo que esses materiais possam assumir o protagonismo. Para Lima (2021), a palavra “lixo” deve ter seu sentido próprio e figurado tensionado, dando ênfase à capacidade de mutação — “lixo” pode ser muitas coisas — pois seu significado depende, sobretudo, das mediações de relações sociais.

5. ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES: EMERGÊNCIA CLIMÁTICA, AS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS E O LUGAR DOS RESÍDUOS NO CUIDADO

Compreendemos que a definição de “lixo”, propriamente, é ressignificável. Tal reelaboração não é exclusiva do contexto da Comuna Pachamama. Que outras práticas estão sendo criadas, em diversos territórios, para reinventar o lixo? O “lixo”, portanto, não é aqui considerado como aquilo que deve ser descartado, escondido ou eliminado. O “lixo” pode atuar como um “recurso”, e, também, como um agente de cuidado, inscrito nas relações de interdependência, assim como outros agentes “terrestres” ou “da natureza”. O “lixo” pode ser brincadeira, arte, peças refeitas, utensílios, estratégias de lida na terra, comida, entre outras possibilidades que se dão na prática, no fazer. O “lixo”, portanto, não é um conceito fechado ou que descreve uma dada especificidade.

Compreendemos o “lixo” enquanto um agente que tem potencial para criar relações, criar tentáculos e produzir cuidado. O “lixo” é pertencente à ecologia do cuidado, evidenciando com quem ele se relaciona: pode ser queimado (fogo) em dias úmidos (água), ou enterrado (solo), além de ser alimento para animais, para a terra. O lixo, ainda, problematiza a questão de como as ecologias acontecem no plural, uma vez que existem trânsitos, fronteiras, borramentos e atravessamentos. Quando falamos em “ecologia”, portanto, não estamos nos referindo a um sistema fechado, que não está atravessado por outros mundos.

No contexto em que vivemos, de emergência climática, de catástrofes anunciadas, torna-se urgente e necessário repensar e refletir a respeito do lixo. Uma catástrofe ambiental, como a mais recente ocorrida no Rio Grande do Sul (maio de 2024), gerou 47 milhões de toneladas de entulhos (OLIVEIRA, 2024). Esse descarte, por estar contaminado com resíduos tóxicos, não pôde ser reutilizado. As políticas de responsabilização por esse lixo são delegadas ao campo macro. A coleta desorganizada desses entulhos gerou ainda mais alagamentos na capital, Porto Alegre — devido ao entupimento dos bueiros na cidade, criando novas situações de caos. Ainda, não se tem a dimensão ambiental dos impactos desses entulhos contaminados em novos aterros contratados. Uma catástrofe gera novas catástrofes, em múltiplos níveis.

Se cosmopolítica é recriar modos de como a ciência refaz mundos, devemos, como cientistas, pensar “qual mundo queremos e como nele se articula o lixo, sua gestão e dinâmicas de engajamentos?”. Não podemos nos esquivar das “questões planetárias” e

focar nosso olhar analítico ao humano, apenas, como entidade apartada da realidade. Como o lixo está operando para a construção do mundo é uma pauta urgente no campo das ciências humanas e sociais, para além dos estudos das ciências ditas naturais. Como nos responsabilizamos, como criamos estratégias, como nos relacionamos? Trata-se aqui, assim, não da Ciência (com C maiúsculo, no sentido de verdades científicas), tampouco da gestão institucional ditando formas de lidar com o lixo, mas sim da arte de cuidar das próprias práticas que vão operar e criar estratégias relacionadas à sua lida.

O lixo faz parte da constituição subjetiva de como somos e atuamos no mundo, da mesma forma que fazemos e produzimos lixo o tempo inteiro. Não podemos, enquanto ciência do campo social e psicológico, deslocar ou delegar essa preocupação científica: responsabilizar-se pelo lixo é uma estratégia de cuidado. E responsabilizar-se é, também, pensar, criar, ter cuidado, decifrar modos de ser mundo, pensar outras formas de viver.

Sobre o artigo:

Recebido: 04 de agosto de 2024

Revisado: 28 de outubro de 2024

Aceito: 26 de março de 2025

REFERÊNCIAS

- BAUM, Carlos; MARASCHIN, Cleci; MARKUART, Erika Neres. Política ontológica como abordagem para as relações intercientíficas. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, v. 9, n. 2, p. 8-30, 2019. DOI:<http://dx.doi.org/10.26864/pcs.v9.n2.1>.
- CAMARGO, Fernanda. Se mudarmos nossos hábitos podemos “adiar o fim do mundo”? **Estadão**. 2021. Disponível em: <https://einvestidor.estadao.com.br/colunas/fernanda-camargo/ideias-biodiversidade-chegam-nos-mercados/>. Acesso em 21 de março de 2024.
- DALMAZ, Dayane Santos Silva; SCARMOCIN, Daiane. A ciranda infantil do movimento sem terra no Brasil: formação política na infância. In: **I Seminário Internacional e I Fórum de Educação do Campo da Região Sul do RS: Campo e Cidade em busca de Caminhos Comuns**, 2012, Pelotas, RS.
- DELL’AGLIO, Daniela Dalbosco. **Ecologia do cuidado: práticas cotidianas e arranjos de imprevisibilidades em uma comuna rural**. 2021. 195 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional). – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/248495#>
- DELL’AGLIO, Daniela Dalbosco. “Pesquisadora-mãe”: articulações e praticidades em uma pesquisa sobre cuidado. **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 48, n. 1, p. 189–204, 2023. DOI: 10.4000/aa.10619.
- FLEISCHER, Soraya. Cenas de microcefalia, de cuidado, de antropologia (Recife, setembro de 2017). **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, v. 27, n. 1, p. 118–131, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v27i1p118-131.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v.5, p.7-41, 1995.
- HARAWAY, Donna. **Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene**. Durham and London: Duke University Press, 2016.
- HOAG, Colin; BERTONI, Filippo; BUBANDT, Nils. Wasteland ecologies: undomestication and multispecies gains on an anthropocene dumping ground. **Journal of Ethnobiology**, v. 38, n. 1, p. 88-104, 2018. DOI:<https://doi.org/10.2993/0278-0771-38.1.088>.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- LATOUR, Bruno. **Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia**. Bauru, São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2004.

LATOUR, Bruno. **Reassembling the social: An introduction to actor-network theory**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LIMA, Maria Raquel Passos. **O avesso do lixo: materialidade, valor e visibilidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2021.

NORONHA, Isabela. **Entre o solo e a terra: mulheres inseridas em experiências de agroecologia no MST**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanas) – Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2018.

OLIVEIRA, Bruna. Calculada em até 47 milhões de toneladas, montanha de entulho gerado pela enchente expõe urgência de mudanças. **GZH**, Porto Alegre, 27 ago. 2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2024/08/calculada-em-ate-47-milhoes-de-toneladas-montanha-de-entulho-gerado-pela-enchente-expoe-urgencia-de-mudancas-cm0b1574t00es015sgnzmcl3.html>. Acesso em 25 de março de 2025.

PUIG DE LA BELLACASA, María. **Matters of care: speculative ethics in more than human worlds**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, p. 442-464, 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p442-464>.

TRONTO, Joan C. **Moral boundaries: a political argument for an ethic of care**. New York; London: Routledge, 1993